

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

LIDERANÇAS – 2018

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PMDB – PT – PRB – PR – PCdoB – Avante – Pros)	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Doutor Jean Freire Deputado Léo Portela

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PSD – PSB – PPS – PSC – PEN – Pode – PTC – PSDC)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Anselmo José Domingos Deputado Antonio Lerin Deputado Emidinho Madeira Deputado Fabiano Tolentino Deputado Fred Costa

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PDT – PP – PTB – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Tadeu Martins Leite

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cristiano Silveira Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Gustavo Santana

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	Pode – BCMG	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PSDC – BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
	BVC	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bosco	Avante – BMM	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Elismar Prado	Pros – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Fábio Cherem	PDT – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BVC	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	Avante – BMM	Presidente
Deputado Elismar Prado	Pros – BMM	Vice-Presidente
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Presidente
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Elismar Prado	Pros – BMM	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
	BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	Pode – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PSDC – BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	Presidente
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	

Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG
Deputado André Quintão	PT – BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	Presidente
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
	BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Bosco	Avante – BMM	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BCMG	
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Bosco	Avante – BMM	
	BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Léo Portela	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Fábio Cherem	PDT – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
	BMM	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
	BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BCMG	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Léo Portela	PR – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BVC	Presidente
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	

Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BVC
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM
Deputado João Leite	PSDB – BVC
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB - BVC	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fábio Cherem	PDT – BVC	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	

Deputado Gil Pereira	PP – BVC
----------------------	----------

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	

Ouvidor-Geral: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO

- 1 – ATA**
 - 1.1 – Plenário
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MANIFESTAÇÕES**
- 6 – PRONUCIAMENTOS**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATA

ATA DA 9ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/5/2018

Presidência do Deputado Agostinho Patrus Filho

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Ronaldo Perri de Souza – Palavras do Presidente – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparece o deputado:

Agostinho Patrus Filho.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus Filho) – Às 19h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o concurso Comida di Buteco.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Ronaldo Perri de Souza e as Exmas. Sras. Maria Eulália de Araújo e Flávia Rocha, organizadores do Comida di Buteco; os Exmos. Srs. Anderson Rocha, vice-presidente da CDL-BH; e Adelfio Castro Coelho, diretor da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre o concurso Comida di Buteco.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado Agostinho Patrus Filho, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Muito boa noite, senhoras e senhores. Vejo aqui vários proprietários de bares, de botecos. Infelizmente, sou menos cliente do que gostaria, pois adoro ir aos bares e botecos de Belo Horizonte e da Grande BH. Em primeiro lugar, então, quero saudar cada um de vocês. Permitam-me saudar também a Sra. Maria Eulália Araújo, organizadora do Comida di Buteco; a Flávia Rocha, também organizadora; e o Ronaldo Perri, também organizador e incentivador dos bares e botecos no Brasil inteiro. Quero ainda saudar o amigo vice-presidente da CDL-BH, Anderson Rocha; e o diretor da Abrasel, Adelfio Castro Coelho, agradecendo-lhe a presença.

É importante dizer aqui que fiz questão de apresentar o requerimento para que fosse feita esta homenagem – que foi prontamente atendido e aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais –, como deputado que sou, mas também como incentivador e membro da Frente da Gastronomia Mineira. Por isso, quero também mandar o meu abraço ao nosso coordenador, Ricardo Rodrigues, que também é idealizador desta homenagem, mas que, infelizmente, não pôde estar aqui devido a um compromisso no exterior.

É com muita alegria que nos reunimos hoje para prestar uma merecida homenagem ao concurso Comida di Buteco, vitrine que, há quase duas décadas, projeta a gastronomia de Minas, nacional e internacionalmente. Se hoje a gastronomia mineira vem alcançando justo reconhecimento pela sua qualidade e autenticidade é porque houve quem apostasse nesse vetor de desenvolvimento

econômico e social no passado – quando o setor gastronômico ainda engatinhava – e pavimentasse a estrada que o levou aos patamares em que hoje se encontra.

Impossível falar da cultura gastronômica mineira sem falar dos botecos, espaços de interação onde alegria, tristeza, namoro, reunião familiar ou profissional convivem harmoniosamente e refletem o costume dos mineiros de se reunirem em torno de uma mesa para compartilhar emoções. Acima de tudo, os botecos são locais acessíveis a todos os públicos, e foi esse caráter democrático que permitiu a construção de uma das nossas mais singulares representações de identidade cultural.

Sem dúvida, o mineiro tem, de fato, um caso de amor com os botecos. Não é à toa que o jornal americano *The New York Times* se referiu, em reportagem sobre Belo Horizonte, à nossa capital como a cidade onde “o mundo é um bar”. É bar, sim, mas é mais do que bar. Bar é tira-gosto, bebida gelada, bate-papo com amigos e diversão. Boteco é tudo isso e muito mais. O boteco é um bar em estado puro, o que o torna ainda mais genuíno dentro do cenário nacional. Ele representa a autenticidade mineira no seu modo descontraído de ser, no serviço simplificado e, sobretudo, na hospitalidade que nos caracteriza.

Não poderia ser mais apropriado, portanto, que nascesse em Minas o maior concurso de comida de boteco do País. Entretanto, tornar o que é apropriado um negócio economicamente viável, socialmente sustentável e temporalmente duradouro é tarefa que demanda competência e persistência, e tais atributos jamais faltaram à equipe do Comida di Buteco, desde a sua criação.

Já seria isso um fenômeno merecedor de muitos aplausos, se o Comida di Buteco tivesse se tornado, depois desses 19 anos, um concurso anual que, no período de um mês, envolve 600 estabelecimentos, vende mais de 390 mil petiscos e conta com a participação de mais de 5 milhões de pessoas de todas as regiões do País. Mas os números são apenas uma das faces do sucesso do Comida di Buteco. O diferencial do nosso homenageado é a sua capacidade de transformar vidas, e não só a trajetória comercial dos estabelecimentos participantes, que ganham visibilidade e oportunidade de se inserir no cenário gastronômico local, contribuindo sobremaneira para a almejada sustentabilidade financeira.

O Comida di Buteco também transforma as vidas de muitos frequentadores do evento. Temos exemplo aqui mesmo, dentro desta Casa. Durante os encontros preparatórios para a reunião especial, ouvimos o testemunho do gerente de relações públicas, do Cerimonial da Assembleia, Henrique Gonçalves, que disse: “Casei-me por causa de uma saideira do Comida di Buteco. Foi lá que conheci minha esposa, Virgínia, num domingo de junho de 2005, Dia dos Namorados”.

É em nome de muitos Henriques e Virgínias, de centenas de botecos, de inúmeros fornecedores e de um sem-número de prestadores de serviço que trazem o Comida di Buteco impresso em suas histórias de vida que nos reunimos aqui. Se hoje o Comida di Buteco é grande, se é *case* de sucesso entre os empreendimentos gastronômicos, se recebe prêmios e homenagens nos quatro cantos do País, faltava-lhe receber oficialmente o reconhecimento e o carinho do Estado onde nasceu.

No ano passado, Adélia Prado, nossa grande poeta de Divinópolis, ao ganhar o prêmio de literatura do governo de Minas, agradeceu com estas palavras de extraordinária simplicidade e lirismo: “Estou achando uma coisa muito importante, não porque recebi um prêmio, mas porque é o reconhecimento da minha terra, da minha história, do Estado onde tive minha primeira visão de vida, em que mamei o leite de minha mãe”.

O Comida di Buteco cresceu, mas não esqueceu suas raízes. Esta homenagem tem, portanto, uma dimensão simbólica: a de mostrar que Minas também não se esquece de reconhecer e homenagear, em sua própria casa, aqueles que levam os valores culturais mineiros para além das montanhas. Esta homenagem não vem de mim ou do meu mandato. Esta homenagem vem de Minas Gerais, através da Casa que representa todo povo mineiro, povo este que acompanha o Comida di Buteco há 19 anos e que, a cada ano, aguarda, com ansiedade, a edição do ano seguinte. Que o espírito plural, democrático e inclusivo do concurso se propague por muitos mais lugares, trazendo sempre alegria aos participantes e prosperidade aos colaboradores. Vida longa ao Comida de Buteco! Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor – Neste instante, o deputado Agostinho Patrus Filho, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, fará entrega de uma placa alusiva a esta homenagem aos organizadores do Comida di Buteco: Ronaldo Perri, Flávia Rocha e Maria Eulália Araújo. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Criado em Belo Horizonte, há 18 anos, o festival Comida di Buteco é hoje sucesso nacional. O concurso fez mais que resgatar a cozinha de raiz brasileira e propiciar a geração de empregos e renda. Ele revolucionou o setor de entretenimento das cidades participantes, democratizou o acesso de diferentes públicos à gastronomia de qualidade e transformou o buteco em ícone cultural. Por sua formidável contribuição para o desenvolvimento gastronômico, turístico e socioeconômico do Estado e do País, o Comida di Buteco recebe justa homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.”

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Ronaldo Perri de Souza

Boa noite. Deputado Agostinho, vou falar formalmente, porque vocês têm todo um ritual e protocolo que, para boteco, fica extremamente desconfortável, principalmente para mim, que falo muito palavrão. Vou pedir desculpas e tentarei não falar palavrão aqui dentro hoje, senão os meninos vão ser estimulados a falar palavrão; mas se falo é porque traz uma verdade muito grande que tenho dentro de mim. Queria lhe agradecer porque, como a Adélia Prado disse – estamos longe de ser Adélia Prado –, ter o reconhecimento dentro da nossa casa é uma questão de muito orgulho e satisfação. Por isso ficamos tão orgulhosos, porque, dentro da nossa casa, às vezes nem somos vistos nem lembrados para esse tipo de homenagem. Então, de coração, queria agradecer muito pela sua lembrança, agradecer à sua equipe, à Márcia, que tanto corre atrás dessas coisas. É importante reconhecer, pois não somos ninguém sem as pessoas que estão ao nosso redor e que trabalham conosco. Quero lhes agradecer muito.

Queria falar só os nomes, porque às vezes esqueço. Anderson, seja bem-vindo. Adelcio, eu tenho que lhe agradecer, porque a Abrasel também é importante, assim como ao Ricardo, como presidente da frente gastronômica. As pessoas que ajudam a fazer a história do Estado e da nossa cidade acabam influenciando e motivando outras pessoas a fazerem essa grande transformação quando falamos do valor da nossa terra e do valor da nossa casa. E temos de propagar isso todos dias. No Comida, tentamos fazer isso diariamente, tentamos levar o nome do Estado e da cidade pelo Brasil afora. Temos um orgulho muito grande de ser mineiro.

Por tudo isso, pensei em iniciar falando uma coisa que aprendi dentro da minha casa: o maior valor que temos é o trabalho. Queria que todos aplaudissem esses botecos, porque graças a esses caras, graças às famílias dessas pessoas, graças às histórias deles existe o Comida di Buteco, existe o orgulho que o mineiro tanto tem. Muito obrigado a vocês, a cada pessoa que trabalha nesse concurso. Vocês sabem o orgulho e a força que tenho para fazer esse negócio diariamente.

Agradeço a todos dentro do Comida di Buteco e aos nossos funcionários, que trabalham diariamente para esse negócio acontecer. Não vou ficar falando formalmente para a Eulália, para a Flávia, para o Felipe – que agora não está aqui, porque está fazendo a festa de premiação junto com a Ana, em Fortaleza, que acabou de acontecer. Muito obrigado. Não tenho como agradecer a vocês nem ao Felipe, a todo o mundo ao nosso redor, por fazer esse negócio andar diariamente. Nós dormimos e acordamos, passamos 24 horas pensando e falando de boteco. Tenho uma energia que me faz levantar todos os dias para fazer esse negócio com orgulho. Falo todos os dias que, enquanto existir uma história para contar, vamos fazer.

Por que estou tão feliz e, como vocês falaram, estou até chique hoje? Por que vim assim? Para representá-los. Eu tenho um grande orgulho de fazer esse trabalho e de estar à frente com vocês desse negócio, levando a nossa história à frente. É isso que me dá orgulho, é isso que me dá força para eu me levantar todos os dias. E é por isso que quis vir assim, porque são poucos os momentos em que temos essa oportunidade. Não sei se teremos outro momento para ser reconhecidos dentro da nossa cidade. Então, não podemos perder a oportunidade, todos os dias temos de aproveitar.

Quando eu falo tanto do trabalho e tanto dessas pessoas, é porque esses caras se levantam cedo todos os dias. São psicólogos, são gestores e têm de cuidar dos seus funcionários, do seu negócio, dos seus fornecedores e ainda têm de sorrir para o cliente; e não é fácil fazer isso. Há pessoas aqui que provavelmente nunca saíram de férias. É esse valor que precisamos defender. Quando a gente fala do trabalho – e acredito nisso –, é porque ele é transformador. Quando eu falo desse poder de transformar, falo do que a gente faz. Essa é a missão da comida, a de transformar vidas. A cozinha é um meio de transformação para nós, e é isso que a gente usa dentro do nosso negócio e é no que a gente acredita. A coisa mais importante que eu falo para vocês todos os dias, em nossas reuniões, é: quando o cliente entra no boteco, você sorri para ele e agradece por ele estar dentro do seu bar.

Eu queria uma salva de palmas, porque nós arrebatamos este ano, cara. Eu estou feliz para... Estou muito, mas muito feliz. Vocês sabem que eu já ia falar um palavrão, mas eu não posso. Estou muito feliz, nós arrebatamos. Belo Horizonte, de novo, foi a cidade que mais cresceu. Não tenho os dados de todos os anos, mas tenho quase certeza de que crescemos mais de 60%. No ano passado, crescemos 40%, e fomos a maior cidade. Eu tenho certeza de que, de novo, Belo Horizonte será a maior cidade. E, pelo Brasil, vamos bater recordes. Talvez possamos chegar a 580 ou 600 mil votos, cara. É muita coisa. Por isso que eu falo com vocês para não perderem a esperança. Todo dia faz a diferença. Por isso nós arrebatamos. Ninguém apostaria que o Comida di Buteco teria o resultado que teve este ano, com toda essa crise.

Cinquenta botecos não conseguiram esperar até a chegada do Comida di Buteco, este ano. É muito triste isso. Quantas famílias estão dependendo desse negócio e naufragaram na entrada do Comida di Buteco. Quando eu falo em vocês acreditarem... Não quero parabenizar os campeões, mas quero parabenizar todos. Mas há algumas histórias simbólicas nesse negócio nosso que é importantíssimo a gente não esquecer. O trabalho faz e transforma. Quando eu falo isso, eu acredito nisso piamente.

Aqui, há dois bares completando 80 anos de história. Quantos negócios têm 80 anos no País? São pouquíssimos. Eu peço desculpa quando não levo o movimento para dentro do bar, no período do Comida di Buteco. Peço desculpa porque é triste, a gente também fica chateado. Mas 2013 talvez tenha sido um ano muito marcante para muitos donos de boteco, e o Mulão quase quebrou. Cadê o Mulão? O Mulão veio? O Mulão não veio, mas eu vou falar dele. Em 2013, tive uma tristeza grande em ter visto que o bar não teve movimento. Eu disse: “Mulão, não pensa nisso não, cara. Pense em acordar amanhã e trabalhar. Vai melhorar, acredita nisso”. O Mulão está na terceira reforma do seu bar este ano.

Quando penso em coisas simbólicas, penso no Pé de Goiaba, que ficou em 3º lugar. Ele participa, há 11 anos, do Comida di Buteco. O sonho deles era subir no palco do Comida di Buteco, como é o sonho de vocês. Ele nunca desistiu e sempre foi um cara feliz, independente de ter subido ou não. Isso serve de inspiração para quem não subiu ao palco, porque, numa hora, isso pode chegar e a gente tem de estar preparado para esta hora. Parabéns para você. Fiquei extremamente feliz, mas você não precisava me morder não, porque estou inchado até agora. De tão louco que ele ficou, no sábado, ele me mordeu. Por isso que eu acredito nessas coisas, porque elas são transformadoras. Ver vocês felizes é a minha maior felicidade.

A primeira coisa que eu queria falar é sobre o trabalho, que nos dignifica e nos transforma. A segunda coisa é o reconhecimento. Eu não sei se vocês sabem, mas, há dois anos, a embaixada dos Estados Unidos fez um intercâmbio cultural entre Brasil e os Estados Unidos. Não me perguntem como, mas o Comida di Buteco foi escolhido no Brasil. Lá, foi onde a gente conheceu a embaixadora dos Estados Unidos. Fizemos, durante 10 dias, um evento com uma pessoa que eles trouxeram dos Estados Unidos com o cônsul e outros. Para a gente foi uma grande honraria ter esse tipo de reconhecimento. O mundo vai seguindo e a gente tem de persistir, independentemente de reconhecimento.

Terça-feira que vem haverá a festa de premiação no Rio de Janeiro. A cônsul do México estará no Rio de Janeiro, nessa festa. A embaixada dos Estados Unidos quer fazer alguma coisa com o Comida di Buteco também, quer que a gente possa ajudar de alguma maneira o México a divulgar a culinária deles também no Brasil. Outra honraria para a gente também.

Quando a gente vê esse tipo de reconhecimento, fica muito feliz. Eu virei cidadão goianiense, no ano passado, por isso estava com o governador do Estado de Goiás.

Este ano, acabei de lhe falar, deputado Agostinho Patrus, que um vereador do Partido Verde colocou o Comida di Buteco como calendário oficial de São Paulo, em um evento, e essa foi outra honraria. Aliás, no dia 3 de maio, também tivemos uma homenagem na Câmara de Vereadores de São Paulo, pelo trabalho que o Comida di Buteco vem realizando em São Paulo. O Comida di Buteco também virou calendário no Rio de Janeiro. Foi feito um trabalho muito grande pela Fundação Getúlio Vargas lá.

Para vocês terem uma ideia, o Comida di Buteco foi escolhido entre os maiores projetos do Rio de Janeiro e impacta a cidade com mais de trinta milhões. Esses projetos ajudam na revitalização na cidade. O reflexo do Comida di Buteco são os 30 mil turistas no Estado. Hoje o Estado inteiro cresceu com o Comida di Buteco, e esperamos bater ainda mais esse número. Aliás, quando fizer o fechamento do Comida di Buteco, em julho, faço questão de trazer os resultados para vocês. Vou demonstrar os impactos do Comida di Buteco na cidade e no Estado.

Para finalizar, no ano que vem, completaremos 20 anos. É muito orgulho completar 20 anos. É a idade da maturidade do nosso negócio, e temos um grande desafio. No ano que vem, renascerá o Comida di Buteco. Temos que sonhar com esse negócio nos próximos 10, 20, 30 anos. Ele terá de ser renovado e reinventado, e não é fácil fazer isso.

V. Exa. é um grande defensor da bandeira da gastronomia, e, de alguma maneira, o Estado tem de equalizar tudo o que é feito dentro dele, porque todas as intenções são maravilhosas. Todos querem fazer e contribuir de alguma maneira. Obviamente muitos são capitaneados pelo Estado, e muitos não, porque são empresários que acabam investindo e se arriscando nisso.

Não dependemos de Lei Rouanet, e, se Deus quiser, espero não depender. Hoje não temos nenhum centavo de dinheiro público no nosso negócio, e, cada vez mais, fazemos questão disso. O Estado não tem obrigação de ajudar e nem de sustentar ninguém com dinheiro público, mas o Estado poderia calibrar o calendário oficial da cidade. Aproveito o momento para dizer isso porque não teremos outra oportunidade para falar. É importante que não haja muitos eventos nas mesmas datas. Provavelmente, em junho, acontecerão outros eventos, todos no mesmo final de semana.

Se hoje o Estado é carente de dinheiro e de verba para investir no desenvolvimento dessas coisas aqui dentro, no tocante à cultura ou aos pequenos negócios, ele terá que ajudar, e o empresário também terá que ajudar. Porém, o Estado não deveria ajudar a financiar a competitividade no mesmo momento. Fora isso, o Estado tem que fazer e permitir fazer, a quantos lá estiverem. Toda iniciativa que ajuda o pequeno negócio, principalmente familiar, é bem-vinda.

Gostaria de agradecer, de coração. Peço uma salva de palmas ao deputado Agostinho Patrus, por ter-nos feito esta homenagem, já que não é todo dia que isso acontece. Agora quero convidar todos a participar do *happy hour* e brindar este momento tão espetacular do Comida di Buteco, neste ano, aqui e no Brasil inteiro. É uma honra poder representá-los aqui. Que Deus nos ilumine. Fiquem com Deus e tenham todos um excelente ano. Até os 20 anos do Comida di Buteco. Muito obrigado.

O locutor – Com a palavra, o deputado Agostinho Patrus Filho, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes.

Palavras do Presidente

Antes de começar a ler o pronunciamento que o presidente da Casa fez questão de nos enviar para que fosse lido nesta noite, quero só registrar que, por uma alegre e feliz coincidência, hoje é o Dia da Cachaça de Minas, estabelecido pela Lei nº 13.949, de 2001, aprovada nesta Casa e sancionada pelo governador. Então, além disso, ainda existe essa feliz coincidência de o Dia da Cachaça de Minas ser comemorado exatamente neste dia em que homenageamos, com tanta justiça, o concurso Comida di Buteco.

Não posso deixar de parabenizar os cinco que subiram ao palco e, em nome deles, parabenizar todos: o Santuário Retrô Botequim, pelo 5º lugar; o Era Uma Vez Um Armazém, pelo 4º lugar; o Pé de Goiaba, pelo 3º lugar; o Já Tô Inno, pelo 2º lugar, que já

foi campeão em 2014, 2015, 2016 e vice-campeão em 2017; e o Bar Bambú, que, além de ter recebido o prêmio de campeão, recebeu a imensa responsabilidade de representar todos nós na final em São Paulo. Já vão para lá com a torcida de todos nós, mineiros.

Passo, então, ao pronunciamento do deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa. (– Lê:) “O escritor Eduardo Frieiro, na obra clássica *Feijão, Angu e Couve*, demonstrou que as raízes da culinária mineira nasceram da miscigenação, que forjou uma das culturas mais características do Brasil. Portugueses, colonos, índios e escravos, juntos em um solo de grande fertilidade, criaram, fizeram brotar e crescer as raízes dessa culinária.

Desde 2000, o Comida di Buteco tem se dedicado a uma parte significativa dessa vasta tradição. E, a partir de 2016, vimos a ampliação do certame para todo o território nacional, consolidando-se como o maior concurso de cozinha de raiz do Brasil. Com esse novo formato, cada edição do evento gera milhares de empregos e atrai milhões de consumidores, confirmando sua importância econômica e social.

Em todos esses anos, o Comida Di Buteco ajudou a revelar histórias de famílias e pessoas que têm o boteco como meio de vida, ganhando reconhecimento para além de nossas fronteiras.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais parabeniza os organizadores, que têm levado adiante uma história rica em sabores e nuances e que aproxima as pessoas nos locais participantes. Muito obrigado.”

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 22, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 22/5/2018.). Levanta-se a reunião.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/5/2018

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.871, que institui as carreiras de Técnico da Defensoria Pública e Analista da Defensoria Pública e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.882, que altera as Leis nºs 4.747, de 9 de maio de 1968; 5.960, de 1º de agosto de 1972; 6.763, de 26 de dezembro de 1975; 11.363, de 29 de dezembro de 1993; 14.699, de 6 de agosto de 2003; 14.937, de 23 de dezembro de 2003; 14.940, de 29 de dezembro de 2003; 14.941, de 29 de dezembro de 2003; 15.424, de 30 de dezembro de 2004; 15.464, de 13 de janeiro de 2005; 19.976, de 27 de dezembro de 2011; 20.922, de 16 de outubro de 2013; 21.735, de 3 de agosto de 2015; 21.972, de 21 de janeiro de 2016; 22.257, de 27 de julho de 2016; 22.437, de 21 de dezembro de 2016, e 22.549, de 30 de junho de 2017, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 153, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 138, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.733, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de acompanhamento psicossocial das famílias das vítimas de calamidades públicas no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.752, que altera o art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos vencimentos básicos das categorias que menciona, estabelece as tabelas de vencimento básico dos policiais civis e militares, altera as Leis nºs 11.830, de 6 de julho de 1995, e 14.695, de 30 de julho de 2003, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.761, que modifica a Lei nº 14.486, de 9 de dezembro de 2002, que disciplina o uso de celulares em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.762, que determina a adoção de medidas para assegurar a autenticidade das informações veiculadas nos *sites* governamentais e a segurança nas transações realizadas em meio eletrônico entre os órgãos e entidades da administração pública do Estado e os cidadãos. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.763, que altera a Lei nº 14.235, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimento bancário. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.765, que altera a Lei nº 13.768, de 1º de dezembro de 2000, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público ou entidade sob controle direto ou indireto do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.820, que altera a Lei nº 20.608, de 7 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.848, que dá denominação ao próprio público que sedia o Ministério Público do Estado no Município de Ouro Fino. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.856, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.861, que dispõe sobre o porte de arma de fogo pelo Agente de Segurança Socioeducativo de que trata a Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.863, que proíbe a utilização, no Estado, de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de perfumes e produtos cosméticos e de higiene pessoal e seus componentes. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.865, que altera a Lei nº 10.545, de 13 de dezembro de 1991, que dispõe sobre produção, comercialização e uso de agrotóxico e afins. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.867, que dispõe sobre a inserção de mensagem educativa em cardápios, lista de preços e material promocional de estabelecimentos que comercializem bebida alcoólica para consumo imediato. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.874, que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.880, que dispõe sobre as ações de manutenção de estradas e rodovias no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 23/5/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.847/2017, do deputado Douglas Melo.

Requerimentos nºs 10.653/2018, do deputado Ricardo Faria; 10.671/2018, do deputado Douglas Melo; 10.687/2018, do deputado Noraldino Júnior; e 10.873/2018, da Comissão de Administração Pública.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 23/5/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater as constantes ameaças sofridas pelos defensores de direitos humanos, bem como a promover a articulação dos atores governamentais e não governamentais que atuam em sua rede de proteção

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 23/5/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 699/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 23/5/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.560/2016, do deputado Leandro Genaro.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 316/2015, dos deputados Paulo Lamac e Doutor Wilson Batista; 1.003/2015, do deputado André Quintão; 1.086/2015, do deputado Ivair Nogueira; 1.223/2015, do deputado Gustavo Valadares; 2.603/2015, do deputado Wander Borges; 2.680/2015, do deputado Leonídio Bouças; 2.833/2015, do deputado Doutor Jean Freire; 3.678/2016, do deputado Agostinho Patrus Filho; 3.913/2016, do deputado Fred Costa; 3.920/2016, do deputado Rogério Correia; 4.019 e 4.039/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.488/2017, do deputado Ulysses Gomes; 4.658/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.696/2017, do deputado Tony Carlos; 4.813/2017, da deputada Marília Campos; 4.876 e 4.877/2017, do governador do Estado; 4.904/2018, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 4.910/2018, do deputado Adalever Lopes; 4.924/2018, do deputado Tiago Ulisses; 4.937/2018, do deputado Antônio Jorge; 4.947/2018, do deputado Thiago Cota; 4.978/2018, do deputado Ivair Nogueira; 4.979/2018, do deputado Emidinho Madeira; 4.982/2018, do deputado Adalever Lopes; 5.020/2018, do deputado Fábio Cherem; 5.027/2018, do deputado Inácio Franco; 5.035/2018, do deputado Cristiano Silveira; 5.065/2018, do deputado Iran Barbosa; e 5.089/2018, do deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 2.907/2015, do deputado Carlos Pimenta; 4.068/2017, do deputado Tito Torres; 4.110 e 4.111/2017, do deputado Cabo Júlio; 4.145/2017, do deputado Dirceu Ribeiro; 4.381/2017, do deputado Gil Pereira; 4.407/2017, do deputado Roberto Andrade; 4.611/2017, do deputado Gustavo Valadares; 4.641/2017, do deputado Durval Ângelo; 4.674/2017, do deputado Lafayette de Andrada; 4.701/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.712/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.715/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel; 4.787/2017, do deputado Anselmo José Domingos; 4.796/2017, da deputada Marília Campos e do deputado Rogério Correia; 4.860/2017, do deputado André Quintão; 4.885 e 4.886/2017, do deputado Cristiano Silveira; 4.888/2017, do deputado Lafayette de Andrada; 4.889 e 4.891/2017, do deputado Cristiano Silveira; 4.898/2018, da deputada Ione Pinheiro; 4.914/2018, da deputada Geisa Teixeira; 4.917/2018, do deputado Rogério Correia; 4.923/2018, do deputado Arnaldo Silva; 4.930/2018, do deputado Doutor Jean Freire; 4.932/2018, do deputado Cristiano Silveira; 4.942/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes; 4.957/2018, do deputado Inácio Franco; 4.959/2018, do deputado João Vítor Xavier; 4.962/2018, do deputado Fábio Cherem; 4.965/2018, da deputada Rosângela Reis; 4.970 e 4.971/2018, do deputado Paulo Guedes; 4.974/2018, do deputado Cássio Soares; 5.034/2018, do deputado Ulysses Gomes; 5.041 e 5.042/2018, do deputado Paulo Guedes; 5.058/2018, da deputada Ione Pinheiro; 5.067/2018, do deputado Fred Costa; 5.071/2018, do deputado Cristiano Silveira; 5.080 e 5.082/2018, do deputado Fred Costa; 5.086/2018, do deputado Fabiano Tolentino; e 5.111 e 5.112/2018, do deputado Inácio Franco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 23/5/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento n° 10.809/2018, do deputado Leonídio Bouças.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 23/5/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 23/5/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 23/5/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.696/2015, do deputado Isauro Calais.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 10.721/2018, do deputado Duarte Bechir; 10.723/2018, do deputado Gilberto Abramo; 10.850 e 10.868/2018, da Comissão de Cultura; 10.885/2018, do deputado Duarte Bechir; e 10.886/2018, da deputada Marília Campos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 23/5/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.313/2017, do deputado Geraldo Pimenta; e 4.356/2017, do deputado Ivair Nogueira.

Requerimentos nºs 10.834 e 10.847/2018, do deputado Bosco; e 10.878/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 23/5/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E
OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS
15H30MIN DO DIA 23/5/2018**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 23/5/2018**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 10.884/2018, do deputado Léo Portela.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 18 horas do dia 23 de maio de 2018, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei nº 23.871, que institui as carreiras de Técnico da Defensoria Pública e Analista da Defensoria Pública e dá outras providências; à Proposição de Lei nº 23.882, que altera as Leis nºs 4.747, de 9 de maio de 1968; 5.960, de 1º de agosto de 1972; 6.763, de 26 de dezembro de 1975; 11.363, de 29 de dezembro de 1993; 14.699, de 6 de agosto de 2003; 14.937, de 23 de dezembro de 2003; 14.940, de 29 de dezembro de 2003; 14.941, de 29 de dezembro de 2003; 15.424, de 30 de dezembro de 2004; 15.464, de 13 de janeiro de 2005; 19.976, de 27 de dezembro de 2011; 20.922, de 16 de outubro de 2013; 21.735, de 3 de agosto de 2015; 21.972, de 21 de janeiro de 2016; 22.257, de 27 de julho de 2016; 22.437, de 21 de dezembro de 2016, e 22.549, de 30 de junho de 2017, e dá outras providências; à Proposição de Lei Complementar nº 153, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 138, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876; à Proposição de Lei nº 23.733, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de acompanhamento psicossocial das famílias das vítimas de calamidades públicas no Estado; à Proposição de Lei nº 23.752, que altera o art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos vencimentos básicos das categorias que menciona, estabelece as tabelas de vencimento básico dos policiais civis e militares, altera as Leis nºs 11.830, de 6 de julho de 1995, e 14.695, de 30 de julho de 2003, e dá outras providências; à Proposição de Lei nº 23.761, que modifica a Lei nº 14.486, de 9 de dezembro de 2002, que disciplina o uso de celulares em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas; à Proposição de Lei nº 23.762, que determina a adoção de medidas para assegurar a autenticidade das informações veiculadas nos sites governamentais e a segurança nas transações realizadas em meio eletrônico entre os órgãos e

entidades da administração pública do Estado e os cidadãos; à Proposição de Lei nº 23.763, que altera a Lei nº 14.235, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimento bancário; à Proposição de Lei nº 23.765, que altera a Lei nº 13.768, de 1º de dezembro de 2000, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público ou entidade sob controle direto ou indireto do Estado; à Proposição de Lei nº 23.820, que altera a Lei nº 20.608, de 7 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar; à Proposição de Lei nº 23.848, que dá denominação ao próprio público que sedia o Ministério Público do Estado no Município de Ouro Fino; à Proposição de Lei nº 23.856, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado; à Proposição de Lei nº 23.861, que dispõe sobre o porte de arma de fogo pelo Agente de Segurança Socioeducativo de que trata a Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004; à Proposição de Lei nº 23.863, que proíbe a utilização, no Estado, de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de perfumes e produtos cosméticos e de higiene pessoal e seus componentes; à Proposição de Lei nº 23.865, que altera a Lei nº 10.545, de 13 de dezembro de 1991, que dispõe sobre produção, comercialização e uso de agrotóxico e afins; à Proposição de Lei nº 23.867, que dispõe sobre a inserção de mensagem educativa em cardápios, lista de preços e material promocional de estabelecimentos que comercializem bebida alcoólica para consumo imediato; à Proposição de Lei nº 23.874, que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências; e à Proposição de Lei nº 23.880, que dispõe sobre as ações de manutenção de estradas e rodovias no Estado; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de maio de 2018.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a deputada Geisa Teixeira e os deputados Fred Costa, Elismar Prado e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/5/2018, às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único os Requerimentos nºs 10.407/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, 10.678, 10.679 e 10.746/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 10.758 a 10.766/2018, do deputado Bosco, 10.803 a 10.806 e 10.808/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 10.819/2018, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, 10.826/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 10.830/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, e 10.889/2018, do deputado Duarte Bechir; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2018.

Paulo Guedes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/5/2018, às 13h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a política de desenvolvimento urbano e regularização fundiária e os reflexos e perspectivas do novo marco regulatório da Lei Federal nº 13.465, de 2017.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2018.

João Magalhães, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.424/2017****Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do deputado João Leite, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Clube Estrela Futebol Clube, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública o Estrela Futebol Clube, com sede no Município de Ribeirão das Neves. Conforme o estatuto social da entidade, trata-se de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundada no ano de 1982 e com duração por tempo indeterminado.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a documentação que instrui o processo e constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Porém, a comissão apresentou a Emenda nº 1, com a qual concordamos, para adequar a redação do art. 1º da proposição à técnica legislativa.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade tem por finalidade proporcionar a difusão de atividades sociais, cívicas culturais e desportivas, principalmente o futebol. Trata-se de atividades de interesse geral da coletividade que podem propiciar a inclusão social e a democratização do esporte e do lazer no Município de Ribeirão das Neves.

Por isso, entendemos que é meritória a iniciativa de outorgar ao Estrela Futebol Clube o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.424/2017, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2018.

João Leite, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.064/2017**Comissão de Desenvolvimento Econômico****Relatório**

De autoria do deputado Fred Costa, o projeto de lei em epígrafe visa declarar o Município de Nova Lima “Capital Estadual da Cerveja Artesanal” e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Desenvolvimento Econômico.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Vem agora o projeto a este órgão colegiado para dele receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XIII, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em estudo visa declarar o Município de Nova Lima a “Capital Estadual da Cerveja Artesanal”. Segundo seu autor, a cidade se destaca na produção de cervejas artesanais, sendo a localidade responsável pela alcunha dada ao Estado de Minas Gerais de “Bélgica brasileira”. Destacou ainda que é realizado, todos os sábados, o evento Experimente – Feira de Cervejas Artesanais, com o intuito de comercializar e promover a produção de cerveja da região, além de outros artigos gastronômicos. Defende o autor que a concessão do título impulsionará o setor de cerveja artesanal, beneficiando em especial os microempreendedores.

No que é típico desta comissão, cabe destacar que o setor em comento está em expansão no Estado, com impactos positivos não só para os produtores de cerveja artesanal, mas também para os consumidores, que passam a contar com um rol maior de produtos, melhor satisfazendo suas necessidades e preferências. Segundo o Sindicato das Indústrias de Cerveja e Bebidas em Geral do Estado de Minas Gerais, em 2017 já havia 51 microcervejarias no Estado.

Destaque-se que esta Casa, junto ao Poder Executivo, tem realizado ações de política pública para apoio ao desenvolvimento da gastronomia do Estado. Nesse sentido, por exemplo, foi promulgada a Lei nº 21.936, de 23/12/2015, que instituiu a Política Estadual de Desenvolvimento da Gastronomia. Por sua vez, com base nas diretrizes apontadas nessa lei, foi elaborado o Plano Estadual de Desenvolvimento da Gastronomia, que, em seu planejamento para o período de 2018 a 2021, inclui ações para o desenvolvimento de cervejaria artesanal. Por fim, e em consonância com a argumentação apresentada pelo autor, a Lei nº 22.511, de 22/6/2017, instituiu o Dia da Cerveja Artesanal Mineira, a ser comemorado, anualmente, no dia 21 de dezembro.

Considerando o crescimento do setor cervejeiro artesanal na economia mineira, e também o papel preponderante do Município de Nova Lima, conforme destacado pelo autor da proposição sob análise, não contemplamos óbice, do ponto de vista de políticas públicas, a que a matéria avance nesta Casa.

Cabe, por fim, uma ressalva. É importante destacar que o setor produtivo ora em discussão, que é o da cerveja artesanal, não se desenvolve apenas em Nova Lima. Caso o setor cresça de forma ainda mais notável em outro município do Estado, vindo eventualmente a sobrepujar aquela localidade, poderá restar conflituosa a honraria que este projeto visa conceder. De fato, a concessão da honraria pretendida, ainda que não haja disciplina sobre o assunto, por princípio não comportaria sua concessão a outra municipalidade.

Considerando assim o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, a análise desenvolvida, e destacando que a ressalva acima exposta se trata apenas de alerta abstrato quanto à natureza da honraria, consideramos adequado que a matéria prospere.

Conclusão

Em face do apresentado, somos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.064/2017.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2018.

Roberto Andrade, presidente – Ivair Nogueira, relator – Fábio Avelar Oliveira.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – e com a Sra. Patrícia Santos de Almeida Bernardes, prefeita de Maria da Fé, pela realização do 13º Dia de Campo de Olivicultura, que lembrou os 10 anos da primeira extração de azeite de oliva extra-virgem no Brasil (Requerimento nº 10.513/2018, do deputado Duarte Bechir);

de pesar pelo falecimento de Dom Ricardo Pedro Chaves Pinto Filho, arcebispo emérito de Pouso Alegre (Requerimento nº 10.573/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Pastor Sérgio Eleotério Coelho pela passagem de seu aniversário (Requerimento nº 10.616/2018, do deputado Léo Portela);

de congratulações com o Pe. Alexandre Acácio Nogueira, o Sr. Eduardo Grassi Moredo e os integrantes do Grupo de Jovens Juja – Jesus Une os Jovens no Amor – pela encenação da peça de teatro *Paixão de Cristo*, em 30/3/2018, em Jacutinga (Requerimento nº 10.639/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sindicato Rural de Santa Maria de Itabira pelos 60 anos de sua fundação, com um histórico de pleno apoio aos produtores rurais (Requerimento nº 10.657/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de congratulações com as organizadoras Adriana Araújo Pereira Borges e Maria Luísa Magalhães Nogueira, pelo lançamento da obra *O Aluno com Autismo na Escola* (Requerimento nº 10.706/2018, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Associação Cristã Banco da Solidariedade – Bansol – pelos 10 anos de sua criação e atuação (Requerimento nº 10.722/2018, do deputado Gil Pereira);

de congratulações com a Sra. Thereza Cristina de Castro Martins Teixeira, pela sua posse como membro substituto da Corte Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (Requerimento nº 10.725/2018, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com Hannah Miriam Kähler pela dedicação e empenho demonstrados no seu período de experiência no gabinete desse parlamentar (Requerimento nº 10.727/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Pastor Onofre Ferreira da Silva pelo seu 60º aniversário (Requerimento nº 10.729/2018, do deputado Léo Portela);

de congratulações com a Banda Musical Estudantil Caic pelos 15 anos de sua fundação (Requerimento nº 10.732/2018, do deputado Inácio Franco);

de congratulações com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Minas Gerais – Senar Minas – pelos 25 anos de sua fundação (Requerimento nº 10.747/2018, do deputado Inácio Franco);

de congratulações com o poeta R. Cordeiro por seu excelente trabalho como escritor e poeta (Requerimento nº 10.757/2018, do deputado Bosco);

de congratulações com o Sr. Ângelo Nascimento pela conquista do 27º Prêmio Ernesto Illy de melhores cafés do Brasil (Requerimento nº 10.768/2018, do deputado Bosco);

de congratulações com o Pastor Adailton Cosmo de Araújo pelo seu 67º aniversário (Requerimento nº 10.810/2018, do deputado Léo Portela);

de aplauso ao Sr. José Dias de Souza, conhecido como Zé Prainha, pelos 50 anos de exercício da função cultural de radialista em programa de raiz sertaneja na região do Território de Desenvolvimento das Vertentes (Requerimento nº 10.851/2018, da Comissão de Cultura);

de congratulações com o Sr. José Dagualberto Borges pela publicação do livro *Álbum histórico das famílias araxaenses* (Requerimento nº 10.852/2018, da Comissão de Cultura);

de congratulações com o Sr. Thiago Couto Carneiro, diplomata e conselheiro da Embaixada do Brasil em Harare, no Zimbábue, pela assistência consular prestada a brasileiros presos quando estavam em missão nesse país (Requerimento nº 10.856/2018, da Comissão de Direitos Humanos).



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/5/2018

A deputada Ione Pinheiro* – Boa tarde, presidente; boa tarde a todos os presentes. Gostaria de falar a respeito de um assunto muito discutido nesta Casa, no Ministério Público, na Secretaria de Estado de Meio Ambiente: a questão do pó da China ou pentaclorofenol. É aquele resíduo que estava vindo de São Paulo, de Cubatão, produzido pela fábrica *Rhodia*, e que estava sendo incinerado no Município de Sarzedo.

Quero contar com a ajuda da nossa grande amiga, deputada Marília Campos, que esteve presente nessa luta. Não posso deixar isso de fora. Logo no início dessa luta toda, o povo de Sarzedo ficou revoltado. O pó da China é um pó proibido na maioria dos países, e em vários estados dos Estados Unidos. É um pó tóxico, contaminoso, cancerígeno, muito perigoso. E já existia uma lei, a Lei nº 13.796, que proibia o armazenamento, o depósito, a guarda e o processamento de resíduos perigosos gerados fora do Estado, porque esse pó estava para vir de São Paulo. Mas esse art. 12 precisa ser regulamentado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam. Esse órgão é o responsável por essa regulamentação. Fomos surpreendidos, em reunião no Ministério Público, na semana passada, com a notícia de que o Copam estava liberando esse produto novamente em Minas Gerais. Isso é um absurdo.

A reunião foi suspensa, porque foi pedido vista por três conselheiros: Adriano Nascimento, Thaís Rêgo e Wagner Soares. A próxima pauta está programada para o dia 23 de maio. Não podemos deixar isso acontecer, pois é prejudicial para o povo mineiro, para o povo de Sarzedo. Estou aqui hoje pedindo aos nobres pares, ao nosso presidente, ao líder Durval Ângelo, ao líder Gustavo, a interferência de vocês, deputado João Leite, para que não seja liberado novamente esse produto em Minas Gerais, o pó da China. O interessante disso tudo é que esse pó já era proibido pela ABNT, mas, de repente, essa liberação agora está voltando na próxima deliberação normativa do Copam. Isso é um caso de urgência. E hoje protocolamos nesta Casa um projeto de lei dando nova redação ao art. 12, da Lei nº 13.796, proibindo a entrada e a incineração desse resíduo perigoso, o pó da China, o pentaclorofenato de sódio.

O deputado João Leite (em aparte)* – Muito obrigado, deputada Ione Pinheiro. Estou acompanhando atentamente seu pronunciamento. Sou autor da legislação que proíbe o armazenamento e o transporte desses produtos tóxicos no Estado de Minas Gerais. Aliás, tive a contribuição do Conselho Nacional de Energia Nuclear – Cnen. Os técnicos me ajudaram na elaboração dessa lei. Eu me lembro bem do acontecido em São Gonçalo do Pará. Empresas traziam lixo tóxico, que eram colocados em siderúrgica para incineração. Mas efetivamente esse lixo não era incinerado, era vendido para Minas Gerais para ser incinerado; mas não tínhamos incineração. Vimos, deputada Ione Pinheiro – seu alerta é muito importante –, muitas pessoas adoecerem em São Gonçalo do Pará e virem a óbito em virtude da proximidade com esses resíduos tóxicos. Eram vendidos para Minas Gerais resíduos de baterias, vários resíduos. A legislação hoje proíbe esse transporte e esse armazenamento em nosso estado. Mas V. Exa. chama atenção para um artigo que teria de ser regulamentado, mas não foi. Esse artigo abriu uma brecha. É bom que V. Exa. legisle sobre essa matéria, para fecharmos as brechas que permitem que esses resíduos venham para Minas Gerais. Nesse caso, a sua Sarzedo está sendo atingida, e V. Exa. faz bem. Queria parabenizá-la. Essa matéria é importante. Temos de defender nosso povo contra essa montanha de resíduos, de lixo tóxico que vem de outros estados, mas que alguns querem armazenar em Minas Gerais. Parabéns.

A deputada Ione Pinheiro* – Obrigada, deputado. É um lixo prejudicial para a vida dos seres humanos e dos animais também. Não podemos esquecer que a TV Record e o jornal *Hoje em Dia*, na época, em 2016, fizeram uma grande campanha tentando nos ajudar na proibição desse lixo.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Deputada Ione, hoje cedo e agora V. Exa. apresentou um projeto de lei que faz o detalhamento específico proibindo a questão do transporte do pó da China para Minas Gerais, para uma cidade onde V. Exa. é votada, que é Sarzedo, ao lado de Ibirité. É importante que esse projeto tenha uma tramitação rápida na Assembleia. Sabemos que os interesses das entidades empresariais nunca, ou nem sempre, são os interesses da maioria da população. Sabemos também o que está por trás dessa grande empresa em Sarzedo. É só olharmos o noticiário da Lava Jato e outros noticiários de financiamentos ilegais de campanha que encontraremos o DNA dessa empresa de Sarzedo.

Então, creio que temos de ser contra isso. Esta Casa, ou seja, este Poder tem de se posicionar contra. Muito bem lembrado. Essa discussão, deputado João Leite, foi feita quase toda na Comissão de Direitos Humanos, na época, porque era uma comissão, como é até hoje, com uma proeminência muito grande em debates que envolvem violações de direitos da sociedade. É uma comissão fundamental para esta Casa. Eu também fazia parte da comissão, junto com o deputado João Leite, que a presidia.

Portanto, temos de fazer um apelo para que a Comissão de Constituição e Justiça dê um parecer rápido, e que o aprovemos rapidamente no Plenário. O meu elogio e os meus parabéns por sua postura e atitude na defesa de uma questão que é central, que é a ambiental, assim como a questão da saúde das famílias envolvidas. O interesse do lucro, o interesse empresarial não pode nunca se sobrepor à questão da vida.

A deputada Ione Pinheiro* – Com certeza. Obrigada, líder Durval Ângelo. Conto com V. Exa. e os demais líderes. Isso é importante não só para Sarzedo. Certamente o povo de Sarzedo está revoltado, apreensivo e com medo. Mas é para toda Minas Gerais. Isso prejudica a todos nós. Será que nós, mineiros, é que temos de ficar recebendo o lixo tóxico de outros Estados e outras regiões? Se lá é proibido, nós aqui é que liberaremos? Onde fica a nossa responsabilidade? Conto com o apoio de todos vocês.

Há um outro assunto também que não posso deixar de registrar aqui hoje. Nos últimos dias, saiu uma reportagem no jornal *O Tempo* e no *Super* referente às mulheres de Ibirité. Com muito orgulho, sou uma mulher de Ibirité, honrada e trabalhadora. Não sei se foi uma brincadeirinha de mau gosto. A imprensa tem de ser livre, mas, com certeza, tem de ter responsabilidade no que publica. Quando ela põe em jornal, com chamada de primeira capa, que as mulheres de Ibirité pulam cerca mais do que os homens e traem o dobro dos homens, isso é muito sério. Não podemos brincar com a vida das mulheres e das pessoas da nossa cidade. É uma falta de respeito. E ainda acrescentam que as mulheres traem porque os homens trabalham fora. Olha, não precisamos ser vigiadas. Em Ibirité, há mulheres honradas, e já houve mulheres como D. Helena Antipoff, grande educadora; e a minha mãe, Irene Pinheiro, de quem não posso esquecer-me nunca, pois é uma mulher que desafiou o seu tempo e sempre lutou pela educação. Helena Antipoff, a educadora a quem me referi, esteve presente ali na ajuda às crianças excepcionais. Mulheres como a Carla, que foi um bom exemplo na *Rede Globo* há poucos dias. Em Ibirité, há muita coisa boa para ser mostrada. Não podemos deixar que um *site* com 65 acessos generalize as mulheres de uma cidade com quase 200 mil habitantes. Isso é absurdo.

Portanto, fica aqui o meu repúdio e o repúdio das mulheres de Ibirité contra essa matéria que foi veiculada nesses jornais de grande circulação. Obrigada, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa* – Uma boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, público que nos acompanha nas galerias desta Casa, a casa do povo; Exmo. Sr. Presidente desta sessão, deputado Lafayette de Andrada; caros telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia. Início a minha fala trazendo um assunto, deputado Dalmo Ribeiro, sobre o qual a oposição vem alertando todos os mineiros, há mais de três anos, que são os erros, os equívocos, a farsa desse governo que se instalou em Minas Gerais a partir de 2015. Um governo eleito por uma pequena maioria dos mineiros, dizendo que ia transformar o Estado de Minas Gerais no melhor estado da Federação. Um governo que ia pagar aos servidores da Educação, deputado Cristiano, o piso nacional; que ia baixar a energia elétrica do nosso estado, que não ia aumentar os impostos de alguns produtos! E o que temos acompanhado e visto, nesses três anos e meio, é algo totalmente diferente do que foi pregado durante as eleições de 2014. Por isso, meu caro deputado Sargento Rodrigues, afirmo, de

forma muito tranquila, que este governo é a maior farsa da história de Minas Gerais. Um governo que não teve a responsabilidade, e não está tendo ainda, de fazer os cortes e os ajustes necessários para enxugar a máquina pública.

É um governo que assumiu o Estado de Minas Gerais no dia 1º/1/2015 e teve a cara de pau de ir aos órgãos de imprensa para dizer que não tinha dinheiro para pagar o salário dos servidores daquele mês e do ano. A oposição foi obrigada a ameaçar, a interpelar judicialmente o secretário de Planejamento e o governador para que eles, num toque de mágica, igual à história do Tio Patinhas, fizessem o dinheiro aparecer no caixa do Estado, e os servidores pudessem receber, deputado Luiz Humberto. Passaram-se três anos e meio dessa farsa e este governo não tem cumprido sequer as responsabilidades constitucionais que os governantes devem cumprir. O governo não paga o salário dos servidores em dia. O escalonamento está aí para todos verem. O governo está metendo a mão no IPVA, no ICMS dos municípios mineiros. Para quê? Para fazer campanha política, para atender e agradar a companheirada, mas eu tenho certeza de que o povo de Minas não é bobo, não; não vai cair nesse blá-blá-blá, nessa farsa do partido do atual governador, nas próximas eleições. Pasmem os senhores! A cara de pau é tão grande, deputado Lafayette de Andrada, que a ex-presidente Dilma Rousseff, aquela que durante seis anos esteve à frente da presidência da República, não fez uma obra sequer para o povo de Minas Gerais. Agora, imaginando que o povo é bobo, transfere o seu título de eleitor para Belo Horizonte para disputar as eleições de 2018. Será que os mineiros são bobos? Não somos, não, deputado João Magalhães! Nós não cairemos na farsa da ex-presidente, de achar que terá os nossos votos. Se ela tivesse tanto amor por Minas Gerais, teria trazido, quem sabe, o metrô para a nossa capital; teria duplicado na totalidade a 381; teria dado uma solução ao Anel Rodoviário. Mas, não! Quando convinha, a presidente, que fez a sua história e a sua carreira no Sul do País, levava tudo aos outros estados. Para Minas Gerais, nada! Mas o povo não é bobo.

O governo do Estado meteu a mão nos depósitos judiciais, algo em torno de R\$6.000.000.000,00. Deputado Tadeu Leite, o governador pegou o dinheiro do seu Zezinho e da D. Maria e não recompôs o caixa. Depois, aumentou os impostos, e o Estado arrecadou como nunca na história. Mas a dívida continuou crescendo. Isso se chama desorganização governamental. É um governo que não tem planejamento, que não sabe o que ocorre. A desorganização é tamanha, deputado Inácio Franco, que temos na pauta da Assembleia Legislativa 18 vetos. Pasmem os senhores! Desses 18, 14 são vetos de projetos que o próprio governador encaminhou a esta Casa. Quer dizer, ele manda os projetos, não os analisa, não os estuda e fica obrigado a vetá-los. E ainda mandou um projeto para vender o maior patrimônio de Minas Gerais. Apesar de alguns deputados dizerem que isso é a continuidade das ações do governo passado, não é, não! Os governos passados permitiram que a CBMM, detentora do nióbio no nosso estado, da qual a Codemig é sócia, pudesse colocar sócios, vender uma participação que não era majoritária, desde que fosse para entes municipais, estaduais ou federais. Nós não estávamos vendendo o nióbio para a iniciativa privada. Mas o que eles pretendiam fazer com a venda do nióbio era criar um caixa de R\$4.000.000.000,00 ou R\$5.000.000.000,00 para tentar regularizar a folha salarial, e o governador poder disputar a eleição andando por Minas Gerais. Mas a oposição levantou a bandeira da obstrução e continuará aqui até o limite do nosso Regimento, impedindo esse crime contra Minas Gerais.

Mas o que mais me chama a atenção no dia de hoje, quando ocupo esta tribuna, é mais uma atitude desesperada, irresponsável deste governo. O governo do Estado, como eu disse anteriormente, vem parcelando os salários, deputado Dalmo, há quase dois anos. Não deve estar com dinheiro em caixa e, para atrasar e não cumprir o escalonamento que tinha sido divulgado no início do mês, o governo arrumou uma saída para não pagar o salário dos servidores. Pegou a lista do Tribunal de Contas do Estado e disse que havia uma duplicidade de recebimentos; então todos os servidores seriam penalizados até que o governo fizesse a análise dos nomes que ali estavam colocados. Em nenhum momento, minhas senhoras e meus senhores que nos acompanham, o Tribunal de Contas determinou essa medida. Em nenhum momento. Isso é para enrolar os servidores do Estado.

Da mesma forma, deputado Cristiano Silveira, somos favoráveis à PEC que grande parte dos deputados desta Casa assinaram. Somos favoráveis, mas iremos apresentar uma emenda – e já pedimos o apoio de todos os parlamentares – para que antes

da validação dessa PEC, o governo, este governo que V. Exa. defende, cumpra o compromisso que fez com os servidores da educação, de pagar o piso nacional, que não vem sendo cumprido desde 2017. Isso é uma enrolação com os servidores da educação, é uma falta de respeito com esses servidores.

O governo fez uma grande mobilização, chamou os órgãos de imprensa, encheu as galerias desta Casa, deputado João Leite, para assinar o tão falado e sonhado acordo histórico da educação; mas este governo cara de pau não cumpriu por um ano sequer, por um ano sequer esse acordo histórico. E agora, numa medida eleitoreira, vem aqui propor PEC, pedir apoio – e estou dizendo que nós somos favoráveis a isso – para acabar com a greve e dizer que a PEC cumpra o que é obrigação dele.

Eu quero ver o governo cumprir esses compromissos que foram assumidos no passado. Quando ganhou as eleições, era o pai dos servidores da educação. Hoje, deputados Tadeu Leite, João Magalhães e Durval Ângelo, deputados pelos quais tenho o maior respeito, tenho andado por toda Minas Gerais. Tenho andado mesmo, como nunca andei, e não há uma cidade sequer onde chego e converso com o setor da educação que não esteja decepcionada com este governo. Na semana passada, eu me encontrei com uma militante do partido do governador, sindicalista da educação, que contribui inclusive com o sindicato, e ela me disse: “Deputado, saudades do governador Anastasia. Pelo menos ele cumpria os compromissos, pagava o salário em dia. Este governador que ajudamos a eleger não vale nada. Não vale nada. Não tem responsabilidade. Mas as eleições se aproximam, e o recado será dado nas urnas. O recado será dado nas urnas”. Um governo irresponsável, um governo que está metendo a mão, minhas senhoras prefeitas e meus senhores prefeitos, no dinheiro de vocês. Está metendo a mão no dinheiro de vocês.

Esta semana, eu estive num município, cujo nome não vou citar para não sofrer represália. Só na área de saúde, o governo do Estado deve mais de R\$4.000.000,00 para essa prefeitura de uma cidade média. São R\$4.000.000,00 que o prefeito foi obrigado a tirar do caixa do Estado para colocar onde o Estado deveria colocá-lo. Além disso, a Associação Mineira dos Municípios, através do prefeito Julvan, outro dia divulgou que são R\$5.600.000.000,00 que o governo deve para as prefeituras. São R\$5.000.000.000,00.

E onde estão os cortes que o governador precisava fazer? Não os fez! Da comanheirada do governador, dos que estão à sua volta, da sua *entourage*, do seu grupo político, um deles está ganhando seis salários. Quero saber se o salário dele está suspenso também, deputado João Leite. São seis salários para um secretário do governador. E o servidor, que às vezes tem o direito de acumular dois salários, porque a lei o permite, está com o salário suspenso porque o governo do Estado resolveu por bem fazer isso. Tomou a medida que é mais fácil para ele e pior para o servidor. O governo deveria analisar cada caso individualmente. Se alguém está recebendo de forma irregular, que se faça um procedimento administrativo para verificar.

Mas, finalizando, presidente Lafayette de Andrada, quero dizer que essa farsa tem dia e hora para acabar. V. Exa. já indeferiu um dos pedidos, e em breve estaremos aqui iniciando um momento histórico, embora triste para a história de Minas Gerais, pois esta Casa, com certeza, vai dar início ao processo de *impeachment* desse governador, para mostrar aos mineiros que a maior farsa da nossa história foi a sua eleição. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputado Lafayette de Andrada; demais deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos e cidadãs que acompanham esta reunião da Assembleia Legislativa, no mesmo ritmo e passo do líder Gustavo Corrêa também quero fazer desta tribuna vários questionamentos, considerando o momento pelo qual passa Minas Gerais.

Hoje saiu o dado da arrecadação do Estado, deputado Rogério Correia: no primeiro trimestre, o Estado de Minas Gerais arrecadou R\$21.000.000.000,00. O gestor do Estado, o secretário de Planejamento e Gestão, esse mesmo a que o deputado Gustavo Corrêa acabou de se referir, acumula seis vencimentos, enquanto o servidor público, cuja situação acompanho, especialmente a da minha mãe, não recebe. Enquanto isso, o secretário de Gestão, o gestor da folha, o gestor administrativo do Estado de Minas Gerais tem seis vencimentos em dia. Ele está recebendo em dia! Ele faz parte de conselhos do Estado. Aliás, é interessante ler a lista daqueles que estão abrigados nos conselhos da Cemig, da Copasa e da Codemig, pois esses estão recebendo em dia, enquanto o servidor

público está penando com o vencimento das contas de luz e de água. A Copasa, por exemplo, não parcela, não; a pessoa tem de pagar, senão sua água é cortada.

Mas o mais grave disso é o que está acontecendo com as escolas. Nos municípios, a água das escolas está cortada, porque o governo não paga. Podem dizer que a responsável é a Copasa, mas alguns municípios têm serviço autônomo de água e esgoto, e são empresas que fazem esse gerenciamento. Portanto, não se pode dizer que vamos deixar para pagar daqui a pouco. Não; a empresa quer receber.

Aí, o que estão fazendo as empresas? Estão cortando a água das escolas estaduais de Minas Gerais. O secretário de Gestão e Planejamento, planejador de Minas Gerais, e o gestor de Minas Gerais recebem em dia.

Agora, o grande questionamento no Estado é: é verdade que 96 mil servidores do Estado têm mais de dois cargos, alguns têm 10 cargos? Onde estava o gestor do Estado, Sr. Helvécio Magalhães, se isso é verdade? Se não é verdade, quais são os documentos que faltaram para o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais fazer essa análise? O grande mote das campanhas do PT contra o governo passado era que o choque de gestão não existia. O que temos agora em Minas Gerais? É um choque de indigestão. As escolas estão sem água para as crianças; os servidores não sabem quando receberão no Estado de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, o Estado recolheu, em três meses, R\$21.000.000.000. Onde está esse dinheiro? Como é que está sendo feita a gestão do Estado?

Estou levantando quanto o governo tirou agora da Codemig. Ele foi buscar um dinheiro lá, e eu quero saber o valor. Tem jeito de a gente saber. Não adianta ir atrapalhando, porque vamos saber quanto tiraram. Por que não está pagando ao servidor?

E o gestor do Estado, Sr. Helvécio Magalhães, está recebendo os seus seis salários em dia. É algo impressionante o que este governo não está fazendo de gestão, queridos jovens deputados aqui presentes, que, daqui uns anos, assim como eu, já não aguentarão mais, ficarão do jeito que eu estou. Hoje, eles têm muita paciência porque são jovens, mas ficarão indignados, como eu estou, em ver uma gestão tão atrapalhada.

O mais grave é a ingerência do governo do Estado de Minas Gerais. Alô, meu amigo de luta, com quem percorremos, juntos, este estado. A penitenciária Jacy de Assis, de Uberlândia, me deu um relatório agora, Luiz Humberto Carneiro, querido amigo, dizendo que lá cabem 700 presos, e há hoje 2.300 presos. Vou repetir, há 2.300 presos, numa rota de tráfico de drogas. Uberlândia, uma cidade daquele tamanho e próspera, está abandonada. A penitenciária está com 2.300 presos. O que fez o governo? Mandou embora os agentes penitenciários contratados. O que está acontecendo agora? A nossa penitenciária de segurança máxima, Nelson Hungria, virou uma peneira, de onde todo dia foge alguém. O relatório que tenho é que é gente do PCC, esquemão do PCC.

Ontem eu e o deputado Sargento Rodrigues nos reunimos com os representantes da Federação dos Bancos – Febraban. Qual é a solução que o governo do Estado quer dar? (Policiais que estão aqui, não vale rir.) Colocar grades nas agências. Ora, se eles explodem um caixa eletrônico, de que vale uma grade, policial querido? Zero, não é mesmo? Qual é a solução? Ontem, ouvimos várias soluções, mas este governo teima em não planejar, em não conversar. O *slogan* era “Ouvir para Governar”; mas não ouvem ninguém.

Vemos aqui o apavorado deputado Antonio Carlos Arantes. Ele vai a Jacuí, a São Sebastião do Paraíso, volta para Belo Horizonte. Tem caixa eletrônico explodindo para tudo quanto é lado na região Sul, na região do deputado Arantes. Acaba de chegar aí o deputado Arantes, preocupado com essa situação. Em que o governo está envolvido?

Hoje cedo a Comissão de Segurança Pública se reuniu. Nós, então, estamos vendo o que o governo está fazendo. Colocou um delegado, o Sr. Rodrigo Bossi, na maior delegacia, no maior departamento de Minas Gerais, que acompanhará as eleições. Vejam: está aqui o Sr. Rodrigo Bossi tomando cerveja com o Sr. Nilton Monteiro numa área da delegacia. Estou aqui com o prontuário do Sr. Nilton Monteiro. Durval Ângelo, esse homem fraudou até um documento da minha tia Maria Campos, no Rio de Janeiro. É um negócio impressionante! Ele fraudou documento até da minha tia!

Minha tia fica falando que ia receber milhões do espólio do Sérgio Naya. Coitada da tia Maria! Agora ela está muito enferma, acamada, deputado Arlen Santiago. Estamos ajudando a tia Maria. Ela morou em minha casa durante seis meses, esperando R\$3.000.000,00 do espólio do Sérgio Naya. Os documentos de Nilton Monteiro provam que existe esse dinheiro para tia Maria, não é, Marcão? Tia Maria está esperando esse dinheiro.

E o delegado Bossi, chefe do maior departamento de fraudes em Minas Gerais, toma cerveja numa delegacia com o fraudador-mor de Minas Gerais, o Sr. Nilton Monteiro. Vejam aqui. Comemorando o quê? É esse homem que vai acompanhar as eleições em Minas Gerais? Isso é uma vergonha! E o que faz esse delegado, que está bebendo cerveja? Vai ao Instituto de Criminalística exigir que as peritas mudem o laudo pericial em relação à fraude do Sr. Nilton Monteiro. Eles querem provar um monte de lista. Está aqui o delegado comemorando. Ele quer quebrar o sigilo.

Hoje também apresentei um vídeo do delegado falando. Deputado Arlen Santiago, ele diz no vídeo que está investigando desembargador, está investigando promotor, está investigando deputado, está investigando delegado e investigadores da Polícia Civil. Ele deve ser o corregedor-geral da Polícia Civil de Minas Gerais, corregedor-geral do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, corregedor do Ministério Público de Minas Gerais. É uma vergonha. E esse homem continua no cargo e vai investigar a sua eleição, deputado Arantes e deputado Arlen Santiago. Ele comanda as delegacias de crimes cibernéticos, a primeira e a segunda delegacia. Ele é o chefe de um departamento. Quem colocou esse homem para fraudar e para se unir a Nilton Monteiro aqui, em Minas Gerais?

Aqui está uma das coisas que ele quer mudar, uma fraude. Isso aqui é de 2005, gente. Não, me desculpem. Data do início dos exames: 20/7/2011. Sr. Nilton Monteiro apresenta uma promissória na Justiça, deputado Arlen Santiago, cobrando R\$3.000.000,00 do Sr. Carlos Felipe Amodeo. Aqui está a promissória que ele está cobrando e também a defesa do Sr. Amodeo. Descobrimos que este tem passaporte italiano. Mas, também, com esse sobrenome! Aqui está a conclusão dos exames: são falsos os espécimes de assinatura e rubrica apostos no documento. Motivo: nota promissória de R\$3.000.000,00. Sabe quanto ele está cobrando de notas promissórias em Minas Gerais de empresários, deputado Bráulio Braz? Sabe quanto o Sr. Nilton Monteiro está cobrando? R\$300.000.000,00. A fraude do Sr. Nilton Monteiro é de um R\$1.300.000.000,00. Ele cria uma nota promissória dessa e leva para a Justiça para cobrar dos empresários.

Tenho aqui, para além dessa nota, toda a passagem do Sr. Nilton Monteiro, esse aqui que está carregando esse monte de processos. Na busca e apreensão, o computador dele foi identificado como uma central de fraudes. Ele está agora condenado a sete anos e dois meses de cadeia. O Barbabela, promotor do Patrimônio Público, pediu a prisão dele, mas a juíza ainda não deu uma resposta. Ele está condenado em 2ª instância e está solto. Ele esteve aqui, na Assembleia Legislativa, com o advogado William dos Santos. Esteve aqui visitando a Assembleia Legislativa, na semana passada, e está lá agora, com o delegado Bossi, fazendo toda essa documentação.

Quero saber uma coisa: disseram que agora eles estão analisando documentos apreendidos. Quem determinou a apreensão? Foi a Justiça que determinou a apreensão de documentos? Será que esse delegado ficará acompanhando as eleições, líderes Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares? É esse delegado, chefe do departamento, que toma cerveja aqui nessa foto, dentro da Polícia Civil, com o Sr. Nilton Monteiro, quem vai fiscalizar as eleições deste ano? É esse homem quem permanecerá?

Outro dia caiu o chefe do Detran, e já houve não sei quantos chefes da polícia. Agora, é inaceitável esse chefe de departamento investigar as eleições, e ele diz que está investigando desembargador, juiz, promotor e deputado. Quem é ele? Onde está o corregedor da Polícia Civil de Minas Gerais, tão duro com alguns policiais? E esse aqui, que tinha sete anos de polícia – estão aqui alguns policiais veteranos – e se transformou em delegado-geral? O meu pai levou quanto tempo para chegar ao fim da carreira de investigador? Foram 30 anos! No entanto, com sete anos de polícia esse homem se transformou em delegado-geral e hoje opera um esquema com Nilton Monteiro. Isso é inaceitável!

Sr. Presidente, eu teria muito mais para falar, mas vi que o meu tempo já se esgotou. Quero agradecer a V. Exa., e queria chamar a sua atenção para esse fato grave. Quer dizer que um delegado está investigando deputados? Ele vai fazer o quê? Uma delação premiada para o Sr. Nilton Monteiro? É lamentável, Sr. Presidente. Quero chamar a atenção da Mesa da Assembleia também para o que está acontecendo. Obrigado. Está concluído, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Durval Ângelo* – Deputados, deputadas, senhoras e senhores, telespectadores da TV Assembleia. Eu não gostaria, nesta tribuna, de trazer uma notícia triste. Refiro-me – e até me reporto aos discursos que me antecederam – a uma prisão feita pela Polícia Federal hoje. Na parte da manhã de hoje, foi preso o Ceará. Eu acho que estamos um pouco estonteados pelo efeito Ceará. E um dia depois ocorre o empate para o nosso América, que estava ganhando de 2 a 0, lá também no Ceará. Então, nosso time de Minas, que poderia ter chegado ao 4º lugar, se tivesse mantido os 2 a 0, empatou com o Ceará.

E hoje cedo foi preso o Ceará. Quem é o Ceará preso? Muita coisa ainda vai ser contada. Tem muita coisa para ser revelada. O doleiro do narcotráfico, Carlos Alexandre Rocha, Ceará, foi preso no início de 2014, e foi solto ainda no mesmo ano, pelo juiz Sérgio Moro. Quem ele denunciou? A primeira denúncia contra o senador Aécio Neves foi do Ceará. Ele foi o primeiro delator que citou, em 2014, antes das eleições, o senador Aécio Neves. Depois disso, tivemos delações novas. Mas só o que o Ceará denunciou foi que ele era o banqueiro da lavagem do narcotráfico. Então, ainda há muitas revelações.

E vejo tantas críticas ao governador Fernando Pimentel, que pegou o Estado quebrado, onde dois mitos ruíram: o mito do choque de gestão, que nunca existiu e que mostrou a precariedade da estrutura do Estado; e o mito do déficit zero, em que o orçamento aprovado em abril de 2015, um ano depois da prisão do Ceará, mostrou R\$7.300.000.000, de déficit do orçamento. Déficit que vem sendo mantido. Mas o Ceará foi preso, e vamos ter muitas revelações. Vamos ver que o submundo do crime do narcotráfico tem muitas pontas, muitas ramificações no mundo institucional e oficial. O Ceará foi preso.

Quero deixar bem claro que a prisão do Ceará vai mudar o rumo de muita coisa na política de Minas Gerais. E não quero ser leviano e falar de algo que a Polícia Federal ainda não revelou. Não quero falar de algo que ainda está em sigilo. Mas hoje eu recebi um grupo de oito delegados no meu gabinete, que vieram trazer muitas notícias do Ceará. E mostraram muitas andanças do Ceará, de 2004 a 2014, em Minas Gerais. É uma figura muito conhecida. Tanto que na hora em que se falar Ceará, pois ele era tratado assim, muita gente em Minas Gerais ficará preocupada. Uma coisa lhes digo: para o atual ocupante do Palácio da Liberdade e seus assessores, o nome Ceará só lembra a triste derrota do Mequinha ontem lá no estádio do Ceará. Não haverá nenhuma outra lembrança. Mas o Ceará mudará o rumo da história da política de Minas Gerais. Muita coisa virá à tona. Ele andou em muitos gabinetes com carpete da Cidade Administrativa até o alto da Avenida Afonso Pena, e passou pelo Palácio da Liberdade, com toda certeza.

Ceará trará muitas novidades na política mineira. Quanto a isso, não serei leviano em fazer afirmações que tenho registradas, porque ainda estão sob sigilo. Mas o desespero é tão grande, que querem tirar o governador sem esperar a eleição de outubro. Se tivessem tanta certeza da vitória, por que esse advogado Marra entraria aqui com pedido de *impeachment*, sabendo de todo o ritmo do rito pré-divulgado pela Mesa? O afastamento ou não do governador cairia entre os dias 5 e 15 de agosto, após as convenções partidárias.

Aí, não havendo nenhum acidente no decurso ou um recurso judicial que pudesse atrasar isso... Mas por que não esperam outubro, se têm tanta certeza? É porque há um Ceará no meio do caminho. Se o nosso poeta dizia que tinha uma pedra no meio do caminho, até início do primeiro domingo de outubro, terá um Ceará no meio do caminho, não terá uma pedra. Não terá uma pedra, e com o Ceará muita coisa vai ser revelada. Se alguns deputados não se lembrarem do nome, vejam uma foto dele. A foto vai ser reconhecida, pois de 2004 até 2014, ele estava andando muito pelo mundo oficial desse Estado de Minas Gerais. Esperem, vai ter um Ceará no meio do caminho, até as eleições. E acredito que esse processo, hoje, de discutir o *impeachment* é daqueles que sabiam que haveria um Ceará no meio do caminho, daqueles que sabiam que um Ceará iria se colocar no meio do caminho nesses cinco meses

que faltam para as eleições. O Ceará foi o primeiro delator. Em abril de 2014 aconteceu a primeira delação. Ele foi o primeiro que trouxe dinheiro em malas em Minas Gerais, foi o primeiro, hoje preso, na parte da manhã. A primeira prisão foi em Camboriú, e hoje foi preso, de manhã, o doleiro do narcotráfico.

Então, minha gente, acho que tem de se preocupar, sim, tem de apresentar processo de *impeachment* por um advogado que tem como devoção predileta o Bolsonaro, com sua postura fundamentalista, o Sr. Marra, que não quer esperar até o início de outubro. E não quer, Sr. Presidente, porque tem um Ceará no meio do caminho. Olhem a foto desse cidadão. Olhem que vão reconhecer. Estou há muitos anos nesta Casa e já o reconheci imediatamente, já vi quem ele era. Ele esteve em muitos coquetéis, em muitas festas em Minas Gerais, em muitos momentos no Estado. Lamento pelo Ceará de ontem à noite no Barradão, mas não lamento pelo Ceará de hoje cedo no camburão da Polícia Federal, não lamento. O Ceará de ontem, tirou a chance de vitória do nosso América aos 46 minutos, com gol de pênalti, e o Ceará, com o *impeachment*, com gol de pênalti, quer tirar a reeleição ou tentar retirar a reeleição do governador Fernando Pimentel. É o Ceará. Vou repetir o nome porque o apelido pode não dizer nada: Carlos Alexandre Rocha. Quem quiser, entre na internet, em festas e em coquetéis em Minas Gerais, entre em inauguração, que verão Carlos Alexandre Rocha. Ele só era chamado de Ceará nos meios mais íntimos. Vocês verão fotos dele com muitos cidadãos, entre aspas, de bem. Há muitas fotos. O Ceará falava com muita desenvoltura e tinha uma conversa fácil.

Acho que temos dificuldades no Estado, herdamos dois mitos que ruíram: déficit zero e choque de gestão. Temos certeza de que vamos disputar as eleições com o candidato do PSDB, que vai estar na frente e foi governador desse estado. Vamos disputar o Senado com o senador Aécio, que está terminando seu mandato. Todo mundo quando termina um mandato é candidato à reeleição. O senador Aécio vai ser candidato, vai disputar com a presidenta Dilma. Vamos reeditar a eleição de 2014, ano em que o Ceará foi preso e ano que, às pressas, depois da primeira delação, o Moro o soltou.

Então, vamos reeditar este ano, em 2018, a disputa: Dilma e Aécio. Naquele ano, o Ceará estava preso. Exatamente. É interessante que a prisão também ocorreu – agora foi em maio – no mês de abril do ano passado, ou seja, há 13 meses. Nós vamos ter um mesmo contexto, e o povo poderá escolher, aliás, não através de um pedido de *impeachment*, mas nos votos na urna, se queremos o governador Fernando Pimentel e a Dilma – Fernando, governador; e Dilma, senadora – ou o Ceará, aliás, Ceará, não, mas o ex-governador e o atual senador como candidato à vaga do Senado. Então, minha gente, tinha uma pedra no meio do caminho! Tinha um Ceará no meio do caminho! Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Srs. Deputados e Sr. Presidente, inicio a minha fala repercutindo aqui a última pesquisa da corrida eleitoral para a Presidência da República. Considero que são dados importantes para debatermos nesta Casa, já que, se tudo correr bem e não tivermos anomalia alguma... Digo “anomalia” porque, no Brasil, nesses últimos dois anos, vivemos anomalias de todas as naturezas: políticas, judiciais e rompimentos do processo democrático. Se não houver nenhuma nova surpresa e, realmente, em outubro, tivermos eleições, a se manter o cenário atual, o ex-presidente Lula continua liderando as pesquisas e com boa folga. Não é uma liderança apertada. Vejo que os números do ex-presidente Lula antes e após a sua prisão se mantiveram bastante estáveis.

Quando a pesquisa CNT-MDA apresenta os cenários de votação – e quero falar um pouco do segundo turno para não ter de falar de toda a pesquisa, que é muito densa –, vimos que o ex-presidente Lula tem 45,7% dos votos contra 25,9%, se o candidato for Bolsonaro; 44,4% contra 21%, se a candidata for Marina Silva; 44,9% contra 19,6%, se o candidato for Geraldo Alckmin; 47,1% contra 13,3%, se o candidato for Henrique Meirelles; e 47,5% contra 8,3%, se o candidato for Michel Temer – aí é até bobagem citarmos, porque é irrelevante a pontuação de Michel Temer, presidente mais odiado e desaprovado da história do Brasil.

Esses números significam muita coisa. Primeiro porque boa parte do povo brasileiro compreende o processo que está em curso no País, no aspecto tanto político quanto jurídico e sabe que a prisão do ex-presidente Lula é o fechamento do enredo do golpe vivido em 2015 pela ex-presidenta Dilma Rousseff. O povo brasileiro sabe disso ou, pelo menos, uma parcela expressiva da

população brasileira compreende esse processo. Por falar nisso, essa pesquisa traz um dado interessante, pois testa como a sociedade vê a atuação do Judiciário. Grande parte, ou seja, a grande maioria pensa que o Judiciário no nosso país é parcial e 90% da população acham que a Justiça não é para todos. Esses dados são importantes.

Quero também dizer que, a prevalecer esse quadro, será extremamente ruim para a democracia do nosso país que o líder nas pesquisas ou aquele que, no cenário de segundo turno, chega a quase 50% de preferência de voto não possa disputar as eleições porque foi impedido por acusações de crimes que não se comprovaram.

Até hoje, o juiz Sérgio Moro tem dificuldade de dizer qual foi o crime cometido pelo ex-presidente Lula, haja vista a fragilidade da tese do triplex. Como eu disse aqui outras vezes, a tese do triplex é aquela que se apresenta de maneira preferencial na agenda do Judiciário, para que se impeça a candidatura do ex-presidente Lula, alegando que houve condenação na segunda instância, e, por isso, ele estaria implicado na chamada Lei da Ficha Limpa.

Então, entre outras consequências do golpe sofrido pela ex-presidenta Dilma, orquestrado, coordenado e apoiado pelo senador Aécio Neves, junto com Michel Temer e boa parte do MDB, em Brasília, há também isso que estamos vivendo.

Aqui, alguns colegas têm falado do *impeachment* do governador Pimentel como se não tivessem aprendido nada com o que o País está vivendo, com o que o País viveu pós-*impeachment* da ex-presidenta Dilma.

Aos colegas deputados, o primeiro alerta que quero trazer: aquela votação contra a Dilma expôs as piores entranhas do nosso Congresso Nacional. Vimos parlamentares votando em nome do pai, e o pai sendo preso no outro dia; vimos parlamentares votando em nome dos maridos, e os maridos sendo presos no outro dia; vimos parlamentares votando em nome da ética, da lei, da justiça, da ordem e tudo o mais, e eles sendo presos posteriormente, depois de terem feito discursos inflamados. Vimos, no momento de votação, pré-candidato a presidente da República votar homenageando torturador, e tem gente que acha isso bonito, acha que é o que precisamos no Brasil, um governo que seja fã, seja idólatra de torturadores, que o Brasil precisava esquecer.

Por falar em torturador, esta semana, vimos na imprensa, a desmistificação de que no regime militar não houve tortura, sequer assassinato. Precisou de relatórios da CIA, dos americanos, para muita gente sentir “cair a ficha” de que tivemos execuções no período do regime militar. E tem gente que tem saudade dessa época.

Dando continuidade sobre o que significa a ruptura de um processo democrático e os *impeachments* como objetos de disputa política: após o afastamento da ex-presidenta Dilma, o Brasil piorou em todos os aspectos. Piorou na economia, há uma frustração repetida no atingimento das metas de crescimento econômico, ele patina e não consegue sair da crise. Vimos o aumento vertiginoso do desemprego, chegamos a quase 14 milhões de desempregados – já falei isso aqui, mas vou continuar repetindo na tribuna –, vimos a corrupção tomar de assalto o Congresso e a Presidência da República. Foi isso que vimos. Então, ao cidadão mineiro, muitos virão aqui prometer uma Minas Gerais melhor com o *impeachment* do governador Fernando Pimentel. Faço uma pergunta a você, cidadão brasileiro que acompanhou o *impeachment* da ex-presidenta Dilma: o Brasil melhorou depois do afastamento da Dilma? Voltou a gerar emprego e crescimento econômico? Acabou a corrupção? Era só tirar o PT, que ia acabar a corrupção? Não. O Brasil está muito mal e muito pior do que naquela época. Isso significa que não podemos brigar com a democracia.

Os colegas parlamentares chamo a essa reflexão. Faltando praticamente quatro meses para termos eleições, para que o povo possa escolher qual projeto quer, qual governo quer, a gente fazer a ruptura do processo democrático, em Minas Gerais, é extremamente perigoso. Essa fórmula, essa receita não deu certo no Brasil; definitivamente não deu certo. É por isso que o PT volta a crescer na preferência do eleitor. É por isso que o ex-presidente Lula, ainda que preso político, lidera todos os cenários, porque sabem que esse receituário não deu certo e não dará em Minas Gerais.

A eleição vai ser fundamental, porque vai colocar a teste e a julgamento do eleitor os projetos que governaram Minas. É evidente que existe um projeto que governou mais tempo, mas nem por isso teve resultados melhores. Existe um projeto que governou num momento de crescimento econômico do País e de uma relação republicana extremamente civilizada, que o ex-presidente Lula

sempre teve com Minas Gerais. Comparado com um modelo de uma grave crise, uma das piores da história do Brasil, combinado com o cerceamento que se faz, o Palácio do Planalto, Michel Temer e os seus correlegionários do Democratas e do PSDB contra Minas Gerais cercam, tentam estrangular este estado, é como pegar no pescocinho assim, para ver se sufoca.

Tentam sufocar Minas Gerais porque sabem que temos um governo de resistência, um governo democrático que tem conseguido tocar o barco mesmo na pior das crises. Essa é a comparação.

Encontrei recentemente com sindicalistas da educação, nas minhas andanças por Minas Gerais – tenho andando bastante pelo Estado. Conversei com uma professora e disse a ela que precisamos criar condições para cumprir o acordo com a educação. O governador tem grande consideração com essa pauta. Não agiu ainda pelo tamanho da crise. Não sou eu quem está dizendo. É só ligar a televisão, ler os jornais e ver o que é divulgado. Aliás, boa parte do que acontece foi herdada, como disse o deputado Durval Ângelo, desmistificando o choque de gestão e o déficit zero. Então, considerando que assumimos um Estado quebrado, endividado, num contexto de crise internacional e de crises política e econômica nacional e ainda é um Estado cerceado pelo governo federal, disse à professora, apesar de todo problema que poderia existir e das críticas recebidas – temos de recebê-las para dialogar e refletir sobre elas –, com tudo isso, quem teria sido melhor para os professores: o governador Fernando Pimentel, em cujo governo o aumento do salário dos professores fica em torno de 46%, 48%; houve progressão de carreira para mais de 90 mil servidores; o retorno do Adveb, antigo quinquênio extinto pelo PSDB, foi votado nesta Casa; os aprovados nos concursos de 2011 e 2014 foram convocados... Então, quem foi melhor para a educação, inclusive quanto ao diálogo? A professora me disse: “Olha, deputado, quero que o governador Pimentel cumpra o acordo, mas não temos saudade alguma do governo passado. E o senhor sabe disso”. Da forma com que o governo anterior recebia os professores na Cidade Administrativa não dá para haver saudosismo. Eles querem continuar fazendo disputa política conosco, debatendo conosco, fazendo movimentos no nosso governo, porque sabem que aqui tem um ambiente com diálogo. Isso não existia antes.

Eu não entendo como havia o choque de gestão, o déficit zero, os 12 anos de governo, a ajuda do governo federal – o nosso governo do PT colocou muito dinheiro em Minas quando estava na Presidência da República – e nem por isso conseguiram melhorar nada, nem um fio de cabelo para os professores e para os trabalhadores da educação. Que saudade é essa que eles têm do ex-governador Anastasia? O deputado Rogério está nesta Casa há mais tempo do que eu, sempre lutou com os trabalhadores da educação e tudo isso está muito claro na sua mente. Será, deputado, que existe saudade dos trabalhadores da educação do governo passado do PSDB?

Reconhecemos que o nosso governo está longe de ser maravilhoso, porque o contexto não nos permite chegar aonde queremos. Mas é um governo que não desandou na segurança. O cidadão se sente mais seguro hoje, e os números mostram isso. Não é uma percepção empírica, e sim científica de dados que temos sobre a redução da criminalidade. A educação tem vários problemas, e nós precisamos cumprir o acordo. É por isso que estamos apresentando a PEC, juntamente com o deputado Rogério, para que isso conste na Constituição do Estado. Em determinado momento esse encontro com o que é justo e necessário para a educação deverá ocorrer. Mas, se no passado, tivessem diminuído o déficit, criado melhores condições para os trabalhadores, o problema não teria caído no colo do governador Pimentel para, em quatro anos, em meio a uma das piores crises que o Estado e o País estão vivendo, fazer a justiça que tem que ser feita para os trabalhadores da educação.

As pessoas precisam saber de tudo o que está acontecendo. É por isso que as eleições de outubro serão importantes para compararmos os modelos. Temos de lembrar que recebemos déficit de investigadores, déficit de policiais militares, frota da polícia nas garagens e nos pátios, problemas financeiros relativos a vários convênios. Nas Unidades Básicas de Saúde, as obras foram iniciadas com pagamento de apenas 10%, pois não havia previsão de recursos. E temos mais de 300 unidades em toda Minas Gerais. Essa é a situação que deixaram para nós. O cidadão mineiro terá de dizer se tem saudade dessa época; terá de dizer se tem saudade do

senador Aécio Neves e do núcleo decisório do poder em Minas Gerais; terá de dizer se tem saudade daqueles que quebraram o Estado, venderam para todo mundo que fez sucesso na gestão. Hoje a consequência disso bateu a nossa porta.

O cidadão mineiro vai ter de dizer se quer, como governo do Estado de Minas Gerais, aquele que foi relator do processo de *impeachment* da presidenta Dilma, que tem responsabilidade pelo alto desemprego no Brasil, que tem responsabilidade pela crise econômica e que tem responsabilidade por tudo que estamos vivendo, nos desmandos e no governo federal. Porque, lamentavelmente, foi parte do processo, como relator, e dando parecer pela cassação e pelo afastamento da ex-presidenta Dilma.

Até nas questões que a oposição vem nos dizer: “Vocês votaram o ICMS”... O cidadão está pagando R\$0,08 a mais na gasolina. Muito mais do que isso, estamos pagando pelo *impeachment* e pelo golpe, porque, na época da ex-presidenta Dilma, era R\$2,60, R\$2,70, e hoje está quase R\$5,00 a gasolina. Qual é o problema do preço da gasolina, do gás de cozinha? Por que muita gente está tendo de voltar a cozinhar na lenha? É este consórcio: os democratas, com parte do PMDB e com o PSDB. Foi esse consórcio que trouxe o caos para o Brasil. Foi esse consórcio que trouxe o caos para Minas, e nós o herdamos. Foi esse consórcio que trouxe o Brasil de novo para o mapa da miséria da fome da ONU e tornou o nosso país um país sem credibilidade nenhuma hoje no mundo político e geopolítico internacional. E aí o cidadão vai ter de responder se quer no governo aqueles que sobreviveram à crise e atravessaram esse navio, nessa grande tempestade, ou se quer aqueles que foram parte da construção, da criação dessa tempestade. Essas são as perguntas que serão feitas nesse processo eleitoral. Estaremos prontos para fazer esse debate.

Quero agradecer, presidente, a paciência e a atenção e dizer que estaremos aqui vigilantes para fazer um bom debate com os colegas da oposição.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 21/5/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Nilza Barbosa do Vale, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Piccinini;

nomeando Geraldo Leroy, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel;

nomeando Leonardo Márcio Santiago, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Piccinini.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 37/2018

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 68/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 7/6/2018, às 9h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o fornecimento de lanches.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 22 de maio de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 24/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: BeAudio Informática Ltda. Objeto: licenciamento de sistema de automação para emissora de rádio. Vigência: 12 meses contados a partir da data de assinatura. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 62/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Líder Táxi Aéreo S/A – Air Brasil. Objeto: prestação de serviços de transporte aéreo, por meio de fretamento de aeronaves, na modalidade táxi-aéreo. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, com reajuste de preços. Vigência: 12 meses, de 25/5/2018 a 24/5/2019. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.3.3.90 (10.1).